

---

## Histórico antecedente à instalação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

---

Previsto na Constituição Federal de 1988 e instituído pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, resultante de Projeto de Lei de iniciativa do Senador Pompeu de Souza, o Conselho de Comunicação Social começou a receber as primeiras indicações de nomes para integrá-lo em 1992, por iniciativa de várias entidades e parlamentares.

Desde então, e até a instalação do Conselho, em 2002, as Mesas que dirigiram o Senado encontraram algumas dificuldades para instalá-lo, tais como, definição de critérios para a indicação dos representantes; regulamentação de um sistema de eleição pelo Congresso Nacional; ausência de entidades representativas de caráter nacional de algumas categorias profissionais dentre aquelas previstas no art. 4º da citada Lei; e a existência de mais de uma entidade representativa de dois desses segmentos, no caso, o da imprensa escrita e o da televisão.

Em 1995, o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, consultou os Ministros de Estado das Comunicações, da Cultura e do Trabalho sobre a existência de cadastros das entidades representativas de classe relacionadas no citado dispositivo. De posse da relação de entidades fornecida pelo titular da Pasta das Comunicações, S. Exª solicitou a essas instituições que indicassem nomes para o Conselho.

Nesse mesmo ano, reunidas no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, as entidades nacionais representativas dos setores contemplados na lei encaminharam, a título de sugestão, à Presidência do Congresso Nacional, uma nominata completa para compor o Conselho.

No início da Sessão Legislativa seguinte, o Presidente José Sarney submeteu essas indicações a todos os líderes partidários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Ordem dos Advogados do Brasil também foram convidadas a apresentar nomes, tendo esta última se manifestado dois meses depois. Não se obteve, contudo, consenso quanto aos representantes da sociedade civil, o que interrompeu o processo de escolha dos membros do Conselho.

Na mesma época, tramitava no Senado o Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 1993, de autoria do Deputado Cunha Bueno, que acrescentou dois membros à composição do Conselho, representando, respectivamente, as empresas de propaganda e os profissionais dessa área. O Presidente José Sarney solicitou, então, ao relator, o Senador Coutinho Jorge, que apresentasse substitutivo simplificando o procedimento de eleição do Conselho, de forma que esta fosse realizada em cada Casa separadamente.

Em junho de 1996, o referido substitutivo foi aprovado e remetido à Câmara dos Deputados, para reexame, tendo recebido pareceres das Comissões para as quais foi despachado.

Outra tentativa de viabilizar a instalação do Conselho foi feita por meio da apresentação do Projeto de Resolução nº 3, de 1995, do Congresso Nacional, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que definia que entidades representativas poderiam sugerir nomes ao Congresso Nacional, os quais seriam apreciados por uma Comissão Mista constituída para esse fim, antes de submetidos ao Plenário, em sessão conjunta das duas Casas. Com a eleição dos membros do Conselho, realizada no Congresso Nacional no dia 05.06.2002, o projeto ficou prejudicado, conforme parecer nesse sentido, aprovado pela Mesa do Congresso.

O Senado Federal fez incluir, nas Leis Orçamentárias para os exercícios de 1996 a 2002, dotação específica para o Conselho de Comunicação Social.

Desde a edição da **Lei nº 8.389, de 1991**, que institui o Conselho, com mais ênfase nos últimos dois anos, vários parlamentares e representantes da sociedade civil pronunciaram-se sobre a necessidade de instalação do órgão.

Em dezembro de 2001, o Presidente do Senado, Ramez Tebet, em Plenário, anunciou que retomaria os esforços no sentido de concretizar a **implantação do Conselho**, convidando as entidades representativas dos setores mencionados nos incisos I a VIII do art. 4º da referida Lei a encaminhar à Mesa do Congresso Nacional sugestões de nomes para representá-las. Da mesma forma, solicitou aos líderes partidários que indicassem nomes para o preenchimento das cinco vagas de representantes da sociedade civil.

Em abril de 2002, a Presidência do Senado Federal adotou a primeira providência concreta no sentido da **instalação do Conselho**, tendo em vista compromisso assumido com os partidos de oposição de efetivá-lo antes da votação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 203, de 1995, na Câmara dos Deputados, e nº 5, de 2002, no Senado Federal, que altera o art. 222 da Constituição Federal para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Para esse fim, o Presidente do Senado Federal convocou duas reuniões da Mesa com os líderes de partidos e do governo.

Na primeira reunião, realizada em 17 de abril de 2002, o Presidente do Senado Federal deu conhecimento aos líderes das indicações recebidas até aquela data e designou comissão constituída pelos Senadores Carlos Wilson, Primeiro-Secretário da Mesa; Ricardo Santos, Presidente da Comissão de

Educação, e Artur da Távola, líder do Governo, para receber as indicações das entidades e dos líderes partidários, preparar uma chapa a ser levada à apreciação da Mesa do Senado Federal e, posteriormente, ao Plenário do Congresso Nacional.

A comissão designada recebeu várias manifestações de entidades empresariais, profissionais e da sociedade civil, com indicações, propostas e opiniões a respeito da composição do Conselho, dentre elas, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); as Associações Brasileiras de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT), de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), de Radiodifusão e Telecomunicações (ABRATEL), de Televisão por Assinatura (ABTA), de Imprensa (ABI) e de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC); as Associações Nacionais de Editoras de Revistas (ANER), de Jornais (ANJ) e de Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (ANEATE); o Congresso Brasileiro de Cinema (CBC); o Conselho Federal de Psicologia (CFP); a Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação (ENECOS); a Federação Interestadual dos Radialistas (FITERT); a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI); a União Independente de Emissoras de TV (UniTV); a Rede Brasil de Comunicação Cidadã (RBC); o Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã (INBRAC); Sindicatos Nacionais de Cinema e Vídeo (STIC/SINDCINE) e a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações (SET).

Na segunda reunião com os líderes, realizada em 14 de maio de 2002, S. Ex<sup>as</sup> discutiram as indicações constantes de nominata elaborada a partir das sugestões das entidades referidas pela Comissão de Senadores, designadas para esse fim. Após manifestações favoráveis e contrárias às indicações, decidiu-se encaminhar a chapa à Presidência da Câmara dos Deputados, mediante o Ofício SF nº 447/2002, de 14.05.2002, para apreciação e sugestões de nomes, cuja resposta veio de imediato, por meio do Ofício GP-O/734/02, de 22.05.2002, com as alterações que a Mesa e os líderes partidários daquela Casa julgaram convenientes.

Na sessão do dia 22 de maio de 2002, antes de anunciar a terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002, o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, comunicou ao Plenário que as Mesas e as lideranças partidárias de ambas as Casas haviam chegado a um consenso quanto à composição do Conselho. Nessa oportunidade, foi lida a relação dos nomes sugeridos e convocada Sessão do Congresso Nacional para o dia 28 de maio, para a eleição dos representantes indicados, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.389, de 1991 (*DSF de 23.05.2002, pgs. 08869/08872*). Todavia, não foi possível realizá-la naquele dia, por falta de *quorum*. Convocou-se outra reunião com o mesmo fim para o dia 5 de junho.

No dia 5 de junho de 2002, em Sessão Conjunta do Congresso Nacional, a Presidência do Senado Federal estabeleceu normas regulamentando a eleição do Conselho de Comunicação Social. Senadores e Deputados foram convidados a votar “sim” ou “não” em relação à cédula única com a nominata completa dos candidatos a titulares e suplentes do Conselho, que seriam considerados eleitos caso obtivessem a maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos membros de cada Casa, conforme estabelecido no art. 47 da Constituição Federal. A Presidência solicitou, ainda, aos líderes de bancadas e blocos parlamentares que indicassem fiscais para acompanhar o processo de votação e apuração dos votos.

A eleição processou-se com sucesso, obtendo-se o seguinte resultado: na Câmara dos Deputados, votaram 286 Deputados, sendo 217 votos “sim”, 13 votos “não”, 54 votos em branco e 2 votos nulos. No Senado Federal, votaram 58 Senadores, sendo 49 votos “sim”, 4 votos “não”, 5 votos em branco e nenhum voto nulo.

O Conselho aprovou o seu Regimento Interno na reunião realizada em 26.06.2002, que submetido à Mesa Diretora do Senado Federal, foi aprovado pelo Ato da Mesa do Senado Federal nº 2, de 6 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial do Senado Federal e Diário da Câmara dos Deputados de 08.08.2002. Posteriormente, esse ato foi revogado pelo Ato da Mesa nº 1, de 2004.

---

## Histórico a partir da instalação do Conselho de Comunicação Social Biênio 2002/2003

(1ª composição - eleição geral realizada em 05.06.2002, com mandato estendido até 05.06.2004,  
conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN)

---

- Em 25.06.2002**, realizou-se a **reunião de instalação** do Conselho de Comunicação Social, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. O Presidente Ramez Tebet, após relatar breve histórico do Conselho, declarou empossados os membros eleitos para o cargo de Conselheiros titulares e suplentes, com mandato até 31 de março de 2003. Em seguida, tão logo anunciada a votação para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, o Conselheiro Paulo Cabral de Araújo sugeriu a eleição, por aclamação, do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho para Presidente e do Conselheiro Jayme Sirotsky para Vice-Presidente. Após saudar os membros eleitos, seguido dos Senadores Eduardo Suplicy e Ricardo Santos (Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal), o Presidente Ramez Tebet passou a direção dos trabalhos ao Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho e se despediu. Foi aprovada a proposta do Conselheiro Alberto Dines de dedicar a reunião à memória do Jornalista Tim Lopes, recém-falecido. Convocou-se a segunda reunião para o dia seguinte, 26 de junho, às 14h, com o objetivo de se discutir e votar o Regimento Interno. **(Ata publicada no DSF de 05.09.2002, pgs. 16939/16951)**
- Em 26.06.2002**, realizou-se a **2ª reunião do Conselho**, na sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, oportunidade em que foi discutido e aprovado o Regimento Interno provisório, a partir de minutas elaboradas pelos Conselheiros. Decidiu-se, também, agendar as reuniões seguintes para as 14h das primeiras segundas-feiras de cada mês e criar duas comissões de trabalho: a) **Comissão de Regionalização da Programação de Televisão**, composta pelos Conselheiros Roberto Wagner Monteiro (representante das empresas de televisão), Paulo Machado de Carvalho Neto (representante das empresas de rádio), Francisco Pereira da Silva (representante da categoria profissional dos radialistas) e pela Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra (representante da categoria profissional dos artistas); e b) **Comissão Encarregada de Estudar a Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social**, composta pelos Conselheiros Daniel Koslowsky Herz (representante da categoria profissional dos jornalistas), Miguel Cipolla Jr., suplente do Conselheiro Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social), e Geraldo Pereira dos Santos (representante das categorias profissionais de cinema e vídeo). **(Ata publicada no DSF de 05.09.2002, pgs. 16952/16986)**
- Em 05.08.2002**, realizou-se a **3ª reunião do Conselho**, na sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, com a seguinte pauta: Item 1: questões administrativas: sistemática de reuniões e atas; posição sobre novo Regimento; dotação do Conselho, para inclusão no Orçamento de 2003; relato sobre atividades da Presidência; Item 2: questões referentes a outorgas e renovações de concessões; Item 3: posição sobre regionalização da programação; Item 4: posição sobre tecnologia digital; Item 5: proposta do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos: deliberar sobre a economia interna do Conselho; e Item 6: proposta do Conselheiro Roberto Wagner: promover debate, no plenário do Conselho, com os principais candidatos à Presidência da República. **(Ata publicada no DSF de 11.09.2002, pgs. 17616/17645)**
- Em 12.08.2002**, o Conselho recebeu da Mesa do Senado Federal, mediante o Ofício SF nº 929/2002, de 12.08.2002, a primeira consulta formal a respeito da introdução da tecnologia de digitalização na área de comunicação social. **(Ata da Reunião da Mesa publicada no DSF de 08.08.2002, pgs. 15598/15599)**
- Em 02.09.2002**, realizou-se a **4ª reunião do Conselho**, às 14h, na sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, com a seguinte pauta: leitura de expedientes recebidos e expedidos; Item 1: audiência, aprovada na segunda reunião, com os Ministros de Estado da Justiça e das Comunicações e com os Senadores Antero Paes de Barros e Artur da Távola, sobre: a) regionalização e qualidade da programação dos veículos de comunicação social; e b) Lei nº 10.359, de 27.12.2001, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada*; Item 2: orçamento do Conselho para 2003; posicionamento acerca do estudo para identificar os custos necessários ao funcionamento do Conselho, apontando as áreas que necessitam de dotação orçamentária específica e estimativa de valores, visando a subsidiar proposta de emenda ao Orçamento 2003 (Relator: Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos); Item 3: relato dos trabalhos da Comissão de Tecnologia Digital; Item 4: radiodifusão comunitária; inventário de proposições das entidades da área de radiodifusão comunitária, inclusive para alteração da Lei nº 9.612, de 19.02.1998 (Relator: Conselheiro Daniel Koslowsky Herz); Item 5: debate com os principais candidatos à Presidência da República: relato das providências (Relator: Conselheiro Roberto Wagner Monteiro); Item 6: Serviço de Comunicação Multimídia (Relator: Conselheiro Paulo

Machado de Carvalho Neto); Item 7: exigência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, para remessa, no prazo máximo de 90 dias, de documentação para instrução de processos em curso no órgão (Relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto). (**Ata publicada no DSF de 16.10.02, pgs. 18416/18448**)

**Em 14.10.2002**, realizou-se a **5ª reunião do Conselho**, às 14h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Sr. Jayme Sirotsky (Vice-Presidente do Conselho, representante da sociedade civil), tendo em vista impedimento do Presidente José Paulo Cavalcanti Filho, com a seguinte pauta: Item 1: radiodifusão comunitária: relato dos trabalhos da Comissão; Item 2: regionalização da programação e qualidade da programação: relato dos trabalhos da Comissão; Item 3: serviço de comunicação multimídia (Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001, da Anatel) (relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto); Item 4: exigência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados para remessa, no prazo máximo de 90 dias, de documentação para instrução de processos de outorga e renovação de concessões em curso no órgão (relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto); Item 5: agendamento de debate com os candidatos à Presidência da República no plenário do Conselho (Relator: Roberto Wagner Monteiro); Item 6: apreciação da Medida Provisória nº 70, de 01.10.2002 (*participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens*) (Relator: Daniel Koslowsky Herz). Criada nova comissão para a análise da Medida Provisória nº 70 por parte do Conselho, composta pelos seguintes Conselheiros: Paulo Machado de Carvalho Neto (representante das empresas de rádio), Roberto Wagner Monteiro (representante das empresas de televisão), Daniel Koslowsky Herz (representante da categoria profissional dos jornalistas), Carlos Chagas (representante da sociedade civil), Berenice Isabel Mendes Bezerra (representante da categoria profissional dos artistas), Assunção Hernandes Moraes de Andrade (representante da sociedade civil). (**Ata publicada no DSF de 10.12.2002, pgs. 24913/24945**)

**Em 27.11.2002**, foi aprovado, em Sessão Conjunta do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 71/2002-CN, de autoria de líderes partidários da Câmara e do Senado, que dispõe sobre o mandato dos membros do Conselho de Comunicação Social e dá outras providências, que se transformou no Decreto Legislativo nº 77/2002-CN. (**DOU de 29.11.2002, pg. 19, e DSF de 29.11.2002, pg. 22958**)

**Em 02.12.2002**, realizou-se a **6ª reunião do Conselho**, às 14h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, para deliberar sobre a seguinte pauta: Item 1: leitura de expediente recebido; questões administrativas; prestação de contas; e orçamento; Item 2: relato dos trabalhos da Comissão de Radiodifusão Comunitária, leitura de expediente do Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária e da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Item 3: relato dos trabalhos da Comissão de Regionalização da Programação e leitura de ofício do Conselho Estadual de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro; Item 4: pronunciamento de Conselheiros a respeito da qualidade da programação dos meios de comunicação social; Portaria nº 1.549, de 21 de novembro de 2002, do Ministro de Estado da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, que institui o Comitê Interinstitucional para classificação indicativa de filmes, programas televisivos, espetáculos públicos e jogos eletrônicos e de RPG, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça; leitura de convite feito ao Conselho pelo Secretário Nacional de Justiça, para cerimônia de instalação do Comitê, no dia 04.12.2002, às 15h, na sala 328 do edifício-sede do Ministério da Justiça, indicação de representante do Conselho de Comunicação Social; Item 5: relato dos trabalhos da Comissão de Tecnologia Digital; leitura de documento do Conselheiro Roberto Wagner Monteiro sobre serviço de comunicação multimídia enviado, por meio eletrônico, a todos os conselheiros; Ofício da ELETROS – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrodomésticos, sobre a Comissão de Tecnologia Digital; Item 6: fixação, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, do prazo máximo de 90 dias para a apresentação de documentação para instrução de processos de outorga e renovação de concessões em curso no órgão (relator Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto); Item 7: análise da Medida Provisória nº 70, de 01.10.2002, que “dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências”; relato dos trabalhos da Comissão; Item 8: recebimento, para fins de emissão de parecer, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2002, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *acrescenta alínea ao inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a cabo, para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União*; designação de relator; prazo: 15 dias; Item 9: discussão sobre a aprovação, em caráter terminativo, na Comissão de Educação, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao artigo*

7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que "dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências". Leitura de manifesto do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, de 19 de novembro de 2002, entregue aos Conselheiros durante a 3ª reunião da Comissão de Tecnologia Digital, em 20.11; Item 10: pronunciamentos dos Conselheiros; Item 11: fala de encerramento do Presidente e do Vice-Presidente. **(Ata publicada no DSF nº 13, de 28.02.2003, pgs. 02794/02842)**

## MATÉRIAS APRECIADAS NO CONSELHO

### 1 - Requerimentos

Número	Formulada em	Autor	Assunto	Resultado
1/2002  (Ofício CCS nº 1, de 26.06.02)	26.06.02	Conselho de Comunicação Social	Submete à aprovação da Mesa do Senado Federal o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, aprovado em sua 2ª Reunião, realizada em 26.06.2002.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em 01.08.2002, o Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, por despacho, designa Relator da matéria o Senador Edison Lobão.</li> <li>• Em 06.08.2002, realiza-se a 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, na qual o Senador Edison Lobão apresenta o seu relatório, aprovando o Regimento Interno do Conselho, limitando sua vigência à duração do mandato dos atuais Conselheiros. <b>(Ata publicada no DSF de 08.08.2002, pgs. 15598/15599)</b></li> <li>• Em 08.08.2002, é lido no Plenário do Senado e publicado o Parecer nº 859/2002, do Senador Edison Lobão. <b>(DSF de 08.08.2002, pgs. 15529/15530)</b></li> <li>• Em 08.08.2002, é publicado o Ato da Mesa nº 2/2002, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social. <b>(DSF de 08.08.02, pgs. 15284/15287, e DCD de 08.08.02, pgs. 36380/36387)</b></li> <li>• Em 12.08.2002, é expedido o Ofício SF nº 928/2002, comunicando a aprovação do Regimento Interno provisório ao Presidente do Conselho de Comunicação Social.</li> <li>• Aguardando elaboração do Regimento Interno definitivo.</li> </ul>

### 2 - Consultas

Número	Data de Recebimento	Autor	Assunto	Resultado
1/2002 - CCS	12.08.2002 e lida na 4ª Reunião do Conselho, em 02.09.2002  (Ata da 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal publicada no DSF de 08.08.2002)	Mesa do Senado Federal	Solicita a posição do Conselho sobre a integração do Brasil aos avanços tecnológicos na área de comunicação social com o advento da digitalização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em 02.09.2002, na 4ª Reunião do Conselho, o seu Presidente, Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, comunicou o recebimento da primeira consulta, formulada ao Conselho pela Mesa do Senado Federal, a respeito da introdução da tecnologia digital nos meios de comunicação. <b>(Ata publicada no DSF de 16.10.02, p. 18416)</b></li> <li>• Em 12.09.2002, foi publicada no DOU, Seção 1, pg. 14, Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações nº 1237, de 06.09.2002, a respeito da regulamentação para a implantação do sistema de transmissão de televisão digital tão logo sejam concluídas as análises sobre modelos de negócio e de transição, tendo Anexo que trata de detalhes técnicos atinentes às diretrizes gerais que orientarão a adoção e implantação da tecnologia digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil.</li> <li>• Em 12.09.2002, realizou-se reunião administrativa da Comissão de Tecnologia Digital, na Sede da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET, no Rio de Janeiro.</li> <li>• Em 26.09.2002, realizou-se, às 14h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, a 1ª Reunião da Comissão de Tecnologia Digital, destinada à audiência dos Srs. Marcelo Knörich Zuffo, Max Henrique Machado Costa, Hélio Marcos Machado Graciosa e Guido Lemos de Souza Filho. <b>(Ata publicada no DSF de 19.10.02, pgs. 18460 /18502)</b></li> <li>• Em 10.10.2002, realizou-se, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, a 2ª Reunião da Comissão, destinada à audiência dos Srs. Arnaldo Gomes Serrão, Lázaro José de Brito e Marconi Thomaz de Souza Maya. <b>(Ata publicada no DSF de 23.11.2002, pgs. 22501/22537)</b></li> <li>• Em 20.11.2003, realizou-se, às 18h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, a 3ª Reunião da Comissão, de caráter administrativo, destinada a dar conhecimento, aos novos membros, de informações a respeito da adoção de tecnologia digital no Brasil. <b>(Ata a ser publicada em fevereiro de 2003)</b></li> <li>• Aguardando parecer.</li> </ul>

### 3 - Projetos de Lei do Senado

Número	Data da Leitura em Plenário	Autor	Assunto	Resultado
169/2002	12.6.2002	Senador Francisco Escórcio	Acrescenta alínea ao inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Em 05.11.2001</b>, durante a 27ª Reunião da Comissão de Educação que apreciou o relatório do Senador Antonio Carlos Júnior sobre a proposição, a Senadora Emília Fernandes apresentou requerimento no sentido de se encaminhar a matéria, para parecer, ao Conselho de Comunicação Social. O requerimento foi aprovado e o processado remetido ao Conselho, por intermédio da Secretaria Geral da Mesa do Senado, com despacho do Presidente do Senado.</li> <li>• <b>Em 02.12.2002</b>, na 6ª Reunião do Conselho, o Presidente José Paulo Cavalcanti Filho comunicou o recebimento da matéria e designou relator o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.</li> <li>• Aguardando parecer.</li> </ul>

## MATÉRIAS DE INTERESSE DO CONSELHO

### 1 - Projeto de Lei do Senado

Número	Data da Leitura em Plenário	Autor	Assunto	Resultado
175/2001	19.9.2001	Senador Ney Suassuna	Dá nova redação ao artigo 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que "dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências".	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Em 05.11.2001</b>, durante a 27ª Reunião da Comissão de Educação que apreciou o relatório do Senador Antonio Carlos Júnior sobre a matéria, a Senadora Emília Fernandes apresentou requerimento no sentido de se encaminhar a matéria, para parecer, ao Conselho de Comunicação Social. O requerimento é rejeitado.</li> <li>• Nessa mesma data, a matéria foi aprovada na Comissão, em decisão terminativa, e encaminhada à Mesa, onde aguardou término do prazo para interposição de recurso para que o projeto fosse apreciado pelo Plenário.</li> <li>• <b>Em 02.12.2002</b>, o assunto foi incluído na pauta da 6ª Reunião do Conselho, quando seus membros decidiram oficiar aos Presidentes das duas Casas do Congresso, solicitando a audiência do Conselho sobre a matéria, antes de sua aprovação.</li> <li>• Os ofícios foram expedidos em 09.12.2002. Aguardou-se a manifestação das duas Presidências.</li> </ul>

### 2 - Medida Provisória

Número	Data da Leitura em Plenário	Autor	Assunto	Resultado
70	02.10.2002	Presidência da República	Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Situação da matéria no Congresso: encaminhada, em <b>11.12.2002</b>, à respectiva Comissão Mista, para elaboração de projeto de decreto legislativo, uma vez que a medida provisória foi transformada em projeto de lei de conversão (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</li> <li>• <b>Em 14.10.2002</b>, na 5ª Reunião do Conselho, o assunto foi incluído em pauta, quando constituída comissão para analisar a matéria, composta pelos Conselheiros Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio), Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão), Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas), Carlos Chagas (Representante da sociedade civil), Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas), Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil). (<i>Ata publicada no DSF de 10.12.2002, pgs. 24913/24945</i>)</li> </ul>

### 3 - Projeto de Decreto Legislativo

Número	Data da Leitura em Plenário	Autores	Assunto	Resultado
71/2002 - CN	27.11.2002	Líderes Partidários do Senado e da Câmara	Dispõe sobre o mandato dos membros do Conselho de Comunicação Social e dá outras providências.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em 27.11.2002, o projeto foi lido e aprovado em Sessão Conjunta do CN e se transformou no Decreto Legislativo nº 77/2002-CN (<b>publicado no DOU de 29.11.2002, Seção I, pg. 19; e DSF de 29.11.2002, pg. 22958</b>).</li> <li>• Em 2.12.2002, na 6ª Reunião do Conselho, o Presidente José Paulo Cavalcanti Filho comunicou a aprovação do projeto pelo Congresso Nacional e submeteu ao Conselho proposta de voto de louvor ao Senador Carlos Wilson, aos Deputados Inocêncio Oliveira e Walter Pinheiro e ao Secretário-Geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, pelo empenho dispensado. A proposta foi aprovada e as moções de louvor foram encaminhadas aos seus destinatários.</li> <li>• Matéria arquivada em 30.05.2005</li> </ul>

### Mapa de publicação das atas de reuniões realizadas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Pauta	Data e hora	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
1ª	<b>Reunião de Instalação</b> do Conselho, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado, destinada à posse dos Conselheiros e à eleição de seu Presidente e Vice-Presidente.	25.06.2002 18h30	101	05.09.2002	16939
2ª	Discussão e votação do Regimento Interno do Conselho e criação de duas comissões de trabalho: a) Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação de Televisão e b) Comissão de Tecnologia Digital.	26.06.2002 14h	101	05.09.2002	16952
3ª	Apreciação dos seguintes assuntos: item 1: questões administrativas: sistemática de reuniões e atas; posição sobre novo Regimento; dotação do Conselho, para inclusão no Orçamento de 2003; relato sobre atividades da Presidência; Item 2: questões referentes a outorgas e renovações de concessões; Item 3: posição sobre regionalização da programação; Item 4: posição sobre tecnologia digital; Item 5: proposta do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos; e Item 6: debate com presidenciáveis.	05.08.2002 14h	103	11.09.2002	17616
4ª	Apreciação dos seguintes assuntos: leitura de expedientes recebidos e expedidos; Item 1: audiência com os Ministros de Estado da Justiça e das Comunicações e Senadores Antero Paes de Barros e Artur da Távola; Item 2: orçamento do Conselho para 2003; Item 3: relato dos trabalhos da Comissão de Tecnologia Digital; Item 4: radiodifusão comunitária; inventário de proposições das entidades da área de radiodifusão comunitária; Item 5: debate com presidenciáveis: relato de providências; Item 6: Serviço de Comunicação Multimídia; Item 7: prazo exigido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.	02.09.2002 14h	112	16.10.2002	18416
5ª	Apreciação dos seguintes assuntos: Item 1: Radiodifusão comunitária: relato dos trabalhos da Comissão; Item 2: regionalização da programação e qualidade da programação: relato dos trabalhos da Comissão; Item 3: Serviço de Comunicação Multimídia; Item 4: prazo exigido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; Item 5: debate com presidenciáveis: providências tomadas; Item 6: Medida Provisória nº 70/2002 (capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens).	14.10.2002 14h	149	10.12.2002	24913

Reunião	Pauta	Data e hora	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
6ª	<p>Apreciação dos seguintes assuntos: Item 1: leitura de expediente recebido; questões administrativas; prestação de contas; orçamento; Item 2: relato dos trabalhos da Comissão de Radiodifusão Comunitária; Item 3: relato dos trabalhos da Comissão de Regionalização da Programação; Item 4: Comitê Interinstitucional para classificação indicativa: convite da Secretaria Nacional de Justiça; Item 5: relato dos trabalhos da Comissão de Tecnologia Digital; Item 6: prazo fixado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; Item 7: Medida Provisória nº 70/2002 (<i>participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens</i>); relato dos trabalhos da Comissão; Item 8: recebimento, para fins de emissão de parecer, do Projeto de Lei do Senado nº 169/2002, do Senador Francisco Escórcio (<i>canal a cabo reservado ao Tribunal de Contas da União</i>); designação de relator; Item 9: discussão sobre a aprovação, em caráter terminativo, na Comissão de Educação, do Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, do Senador Ney Suassuna (<i>capital estrangeiro nas TV a cabo</i>); Item 10: pronunciamentos dos Conselheiros; Item 11: fala de encerramento do Presidente e do Vice-Presidente.</p>	02.12.2002 14h	13	28.02.2003	02794/02842

## COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

### Mapa de publicação das atas de reuniões realizadas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Pauta	Data e hora	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
	Reunião administrativa, na sede da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET, no Rio de Janeiro.	12.09.2002 14h	(Não houve ata)		
1ª	<p>Audiência com os Srs. <b>MARCELO KNÖRICH ZUFFO</b>, Engenheiro Eletricista, Coordenador do Grupo de Computação Visual e Meios Eletrônicos Interativos do Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI) e Professor do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Universidade de São Paulo (USP); <b>MAX HENRIQUE MACHADO COSTA</b>, Engenheiro Elétrico, Professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da UNICAMP; <b>HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA</b>, Presidente do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), e <b>GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO</b>, Coordenador da Comissão Especial de Sistemas Multimídia e Hiperídia da Sociedade Brasileira de Computação e Diretor Executivo do Laboratório Nacional de Redes de Computadores (LARC). Não compareceu o Sr. <b>ISRAEL FERNANDO DE CARVALHO BAYMA</b>, Diretor do Comitê de Incentivo à Produção do Software GNU e Alternativo - Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política.</p>	26.09.2002 14h	115	19.10.2002	18460

Reunião	Pauta	Data e hora	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
2ª	Audiência com os Srs. <b>ARNALDO GOMES SERRÃO</b> , Coordenador-Geral das Indústrias Intensivas em Tecnologia da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; <b>LÁZARO JOSÉ DE BRITO</b> , Assessor Especial do Ministério das Comunicações; e <b>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA</b> , Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa Substituto, da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.	10.10.2002  14h	138	23.11.2002	22501
3ª	Reunião administrativa, no Senado Federal, destinada a dar conhecimento aos novos membros de informações a respeito da adoção de tecnologia digital no Brasil.	20.11.2002  18h	13	28.02.2003	2768/02794